

A influência da publicação de Relatórios de Sustentabilidade na gestão das organizações: uma revisão bibliográfica

Ana Claudia de Oliveira (UTFPR) anac@utfpr.edu.br

Antonio Carlos de Francisco (UTFPR) acfrancisco@utfpr.edu.br

João Luiz Kovaleski (UTFPR) kovaleski@utfpr.edu.br

Pauline Balabuch de Goes (UTFPR) pauline7@ymail.com

Fabrcio Diego Vieira (UEPG – UTFPR) fd-vieira@hotmail.com

Resumo:

O artigo tem por objetivo identificar, segundo a literatura, a influência da publicação dos relatórios de sustentabilidade na gestão industrial sustentável das organizações. Destaca, também, o papel fundamental da inovação enquanto força motriz que propulsiona a empresa à sustentabilidade. Fundamenta a discussão entre a gestão sustentável e o crescimento a nível mundial das publicações de relatórios de sustentabilidade baseados na metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para cumprir o objetivo do trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, através de uma revisão bibliográfica, contemplando os principais aspectos que envolvem os temas propostos. Conclui-se que a publicação de um Relatório de Sustentabilidade tornou-se um dos principais instrumentos de propagação dos ideais da sustentabilidade a nível internacional, pois através desse relatório, as organizações e os *stakeholders* envolvidos têm a disposição um instrumento que permite dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho industrial em direção ao desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Sustentabilidade, Gestão industrial, Relatórios de sustentabilidade, GRI.

The influence of the publication of Sustainability Reports in the management of organizations: a bibliographical review

Abstract

The paper aims to identify, according to the literature, the influence of the publication of sustainability reports in managing sustainable industrial organizations. It also highlights the key role of innovation as a driving force that propels the company to sustainability. Based discussion between management and sustainable growth globally Publications sustainability reports based on the methodology of the *Global Reporting Initiative* (GRI). To fulfill the objective of the work was performed an exploratory and descriptive qualitative approach, through a literature review, covering the main aspects involved in the proposed themes. It is concluded that the publication of a Sustainability Report has become a major instrument of spreading the ideals of sustainability at the international level, because through this report, organizations and stakeholders involved have available a tool to engage and deploy a process of continuous improvement of industrial performance towards sustainable development.

Key-words: Sustainability, Industrial Management, Sustainability reporting, GRI.

1. Introdução

Nos últimos anos, as noções de desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tornaram-se questões cada vez mais importantes entre os gestores industriais, acadêmicos e políticos. A crescente complexidade das demandas pelo uso sustentável dos recursos está forçando as organizações a reavaliarem a maneira como conduzem seus negócios, para que possam identificar as ferramentas que possuem e aumentar a competitividade da sua empresa. Nesse contexto, a busca da sustentabilidade começa a transformar o cenário competitivo, abordagens tradicionais de modelos de negócio irão entrar em colapso, e as empresas terão que desenvolver soluções inovadoras o que forçará as organizações a mudar a maneira como refletem sobre seus produtos, processos, tecnologias e modelos de negócios.

A conformidade com as normas sociais de comportamento empresarial responsável e transparente refletidas pela RSE, juntamente com a abordagem *Triple Bottom Line* sobre o meio ambiente e as pessoas, como também sobre o capital econômico (ELKINGTON, 1997), são aplicadas a um nível prático, por um número crescente de empresas ao redor do planeta.

Para a gestão da sustentabilidade das organizações serão necessários novos conhecimentos e inovações em tecnologia, na maneira de gerir os negócios, para que possam fazer novas escolhas relacionada ao impacto de seus produtos, operações, serviços e atividades sobre a economia, as pessoas e o planeta. Sendo assim este estudo objetiva identificar, segundo a literatura, a influência da publicação dos relatórios de sustentabilidade na gestão industrial sustentável das organizações.

Quanto à classificação desta pesquisa, em relação à natureza ela se configura como sendo aplicada. No que se refere aos seus objetivos esta pesquisa é exploratória e descritiva. Esta pesquisa foi aplicada na forma de um levantamento bibliográfico, pois conforme Gil (2002) a vantagem da pesquisa bibliográfica consiste em permitir ao investigador a cobertura de uma variedade de fenômenos mais ampla do que se teria ao pesquisar diretamente.

2 Referencial Teórico

A fundamentação teórica discutiu temas centrais como: a gestão industrial e a sustentabilidade, conceitos e definições de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e *Triple Bottom Line*, a importância da avaliação de Sustentabilidade, bem como, enfatiza os principais aspectos relacionados à divulgação de relatórios de sustentabilidade, segundo a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI). Os elementos teóricos que alicerçam tais conceitos serão em seguida detalhados.

2.1 Gestão industrial e a sustentabilidade

O progresso e a melhoria da qualidade de vida do ser humano proporcionado pelo sistema produtivo moderno, pautado apenas no crescimento econômico, considerando os recursos naturais como algo infindável, criou um dilema à medida que causou graves impactos ao meio ambiente. Ao se questionar o alto custo ambiental dessa jornada, depara-se com a necessidade de se instaurar um novo estilo de crescimento econômico, bem como novos modelos de gestão industrial, baseados no alinhamento econômico, social e, em harmonia com o meio ambiente.

Nesse contexto, o desafio criado por este dilema requer soluções imediatas, assim cresce o papel da inovação como a “verdadeira força motriz nessa transformação” rumo à

sustentabilidade (ROCHA LOURES, 2009, p. 93). Essa inovação deve ser gerada de acordo com os princípios e critérios sustentáveis.

Dessa forma, para Rocha Loures (2009), nas organizações não é apenas o processo de inovação que deve ser sustentável, os resultados esperados devem referir-se às dimensões da sustentabilidade, consideradas na sua totalidade, visando o máximo equilíbrio entre as partes. O autor ainda complementa que as dimensões da sustentabilidade devem ser os balizadores das atividades de inovação, se transformando em elementos de filtragem para seleção de ideias, invenções, modelos e planos a serem implantados nas indústrias.

Nesse sentido, para Schumpeter (*apud* MANUAL DE OSLO, 2006) – grande guru das teorias de inovação – o desenvolvimento econômico é guiado pela inovação através de um processo dinâmico onde as novas tecnologias substituem as antigas, um processo por ele denominado “destruição criadora”. Dessa forma, as inovações “radicais” geram rupturas mais intensas, enquanto inovações “incrementais” dão continuidade ao processo de mudança (SCHUMPETER *apud* MANUAL DE OSLO, 2006). Dessa forma, o mesmo autor citado anteriormente propõe uma relação dos vários tipos de inovações:

- Introdução de um novo produto ou uma mudança qualitativa em produto já existente;
- Inovação de processo que seja novidade para uma indústria;
- Abertura de um novo mercado;
- Desenvolvimento de novas fontes de suprimento de matéria-prima ou outros insumos;
- Mudanças na organização da indústria, bem como nas estruturas de mercado.

E ainda, conforme a *European Commission Green Paper* (1996) as empresas inovadoras, portanto, devem possuir uma série de características que podem ser agrupadas em duas categorias principais de competências:

- Competências estratégicas: visão de longo prazo, capacidade de identificar e até antecipar tendências de mercado; disposição e capacidade de coletar, processar e assimilar informações tecnológicas e econômicas;
- Competências organizacionais: maestria e gosto pelo risco; cooperação interna entre os vários departamentos operacionais e cooperação externa com a pesquisa pública, consultorias, os clientes e fornecedores, envolvimento de toda a empresa no processo de mudança e investimento em recursos humanos.

Portanto, para reverter os impactos negativos tanto ecológicos ou sociais, são necessárias soluções inovadoras, para isso é preciso que haja cooperação, investimentos e esforços significativos em prol de projetos que visem encontrar respostas para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável.

Assim, para maior enriquecimento do trabalho, o próximo tópico irá se dedicar aos conceitos de sustentabilidade.

2.2 Sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente utilizado no contexto mundial a partir do relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), desenvolvido pela primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland e, publicado pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987). Neste Relatório o desenvolvimento sustentável é aquele que "satisfaz as necessidades do presente sem

comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – WCED, 1987, p. 8).

Desde a publicação do relatório, em 1987, a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade em si passou por várias mudanças. Para autores, como Moldan *et al* (2012), Coffman e Umemoto (2010), Jepson (2003), o significado de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade não é idêntico, embora o sentido fundamental seja basicamente o mesmo.

Enquanto que a sustentabilidade, em sua concepção original, centra-se no bem-estar dos sistemas naturais ao longo do tempo. O desenvolvimento sustentável representa a sustentabilidade ecológica em um conceito mais antropocêntrico, que engloba apoio mútuo a atributos intangíveis como a equidade e a redução da pobreza (JEPSON, 2003). O conceito de desenvolvimento sustentável intrinsecamente exige uma orientação para o futuro em longo prazo (SCHOENHERR, 2012). Um dos desafios mais importantes do desenvolvimento sustentável é a escala temporal, ou seja, a visão de longo prazo incorporado no seu próprio conceito. Uma escala de longo prazo é uma condição prévia para a construção das condições históricas e atuais para antecipar as tendências futuras e determinar para onde se deseja ir ou onde se pode ir (PINTÉR et al., 2012).

A chave para o conceito de desenvolvimento sustentável é fornecida pela definição do Relatório Brundtland e artigo 1º da Declaração do Rio (UNCED, 1992): “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Tem direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”. Já o *Triple Bottom Line* originou-se da noção de que a responsabilidade corporativa no processo de tomada de decisões inclui fatores ambientais e sociais e não apenas aspectos financeiros (ELKINGTON, 1997). Sustentabilidade é, muitas vezes, mensurada em termos de longevidade econômica, ambiental e social e, tem sido referido como o *Triple Bottom Line* (PAGELL; GOBELI, 2009). Este conceito espalhou-se mundialmente e influenciou na construção de organizações como a *Global Reporting Initiative* (GRI), o Índice *Down Jones* de Sustentabilidade e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bovespa.

Já, o objetivo da avaliação de sustentabilidade é fornecer orientações sobre as ações políticas que visam atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável (MUSANGO; BRENT, 2011). A avaliação é também um instrumento de política para indicar o progresso em direção a objetivos definidos de sustentabilidade, daí a definição de metas correspondentes aos objetivos e uma comparação dos valores dos indicadores com metas e parâmetros de referência é desejável (PINTÉR et al., 2012).

2.3 Avaliação de sustentabilidade

Indicadores de sustentabilidade estão ganhando muita importância e estão cada vez mais reconhecidos como uma poderosa ferramenta para a formulação de políticas e comunicação pública no fornecimento de informações sobre desempenho empresarial e/ou governamental em áreas como meio ambiente, desenvolvimento econômico, social ou tecnológico. Ao conceituar fenômenos e destacar as tendências os indicadores de sustentabilidade simplificam, quantificam, analisam e comunicam as informações por muitas vezes consideradas complexas (SINGH et al., 2012). A avaliação de sustentabilidade tem influenciado fortemente as atitudes e práticas de negócio no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e, mais especificamente, a avaliação de desempenho e elaboração de relatórios sobre o desenvolvimento sustentável (PINTÉR et al., 2012).

Uma grande quantidade de abordagens disponíveis para medir o bem-estar do desenvolvimento sustentável já existe, sem um consenso sobre qual é o correto a um nível geral (KULIG; KOLFOORT; HOEKSTRA, 2010). Centenas, se não milhares, de tais iniciativas foram iniciadas e mais nascem todos os dias (OCDE, 2009). Muitas das iniciativas envolvem ciência, diálogos políticos e a sociedade civil, em um discurso sobre os principais constituintes e metas de sustentabilidade, bem-estar e qualidade de vida e as ações necessárias para se alcançar tais metas (PINTÉR et al., 2012).

Assim, os índices devem ser construídos dentro de um quadro coerente. Isto ajuda na seleção de parâmetros apropriados que realmente influenciam o objetivo de política e também assegura que o processo de avaliação pode mudar ao longo do tempo de acordo com os interesses dos intervenientes específicos envolvidos na construção do indicador (SINGH et al., 2012).

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, 1997), a *Global Reporting Initiative* e o desenvolvimento de normas (OCDE, 2002), foram o principal motor para a adoção da gestão da sustentabilidade nas indústrias (SINGH et al., 2012). De acordo com Ness et al. (2007) "O propósito da avaliação de sustentabilidade é prover os tomadores de decisão com uma avaliação global integrando natureza-sociedade em perspectivas de curto prazo e longo prazo, a fim de ajudá-los a determinar quais ações devem ou não ser tomadas para tornar a sociedade sustentável (SINGH et al., 2012).

2.4 Quadro da *Global Reporting Initiative* (GRI)

O Programa Ambiental das Nações Unidas – Pnuma, em associação com uma organização não-governamental americana – *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES), lançou em 1997 o GRI, com o objetivo de melhorar a qualidade, utilidade e rigor dos relatórios de sustentabilidade (GRI, 2006). Logo, relatórios é o ponto central das orientações do GRI. *Global Reporting Initiative* (GRI) é o quadro mais conhecido para prestação voluntária de desempenho ambiental e social, de negócios em todo o mundo (BROWN; DE JONG; LEVY, 2009). Sendo que o modelo de relatório concebido pela GRI é atualmente o mais completo e propagado mundialmente (PETRIE et al., 2007). O processo de elaboração do relatório GRI contribui para o engajamento dos *stakeholders* da organização, a definição dos indicadores, a reflexão dos principais impactos, bem como a comunicação com os públicos de interesse (SINGH et al., 2012).

E, dentro dessa estrutura, as organizações podem optar por empregar as Diretrizes GRI como referência informal, de forma gradual, ou mesmo serem analisadas em três níveis de adesão (A, A+, B, B+, C, C+). Dependendo de cada categoria, essa possui uma série de requisitos a serem acolhidos. A organização irá realizar uma auto-avaliação para se adequar aos níveis de Aplicação da Diretriz. O sinal “+” aponta que o relatório passou por um processo de verificação externa.

A GRI utiliza uma estrutura hierárquica em três áreas principais: sociais, econômicas e ambientais. A hierarquia se constitui de categorias, aspectos e indicadores. Sendo que os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos. A diretriz abrange mais de 100 indicadores e, através de um processo que conta com a participação de diferentes setores da sociedade, sua estrutura e conteúdo são continuamente atualizados e revisados (GRI, 2006), conforme a Figura 1.

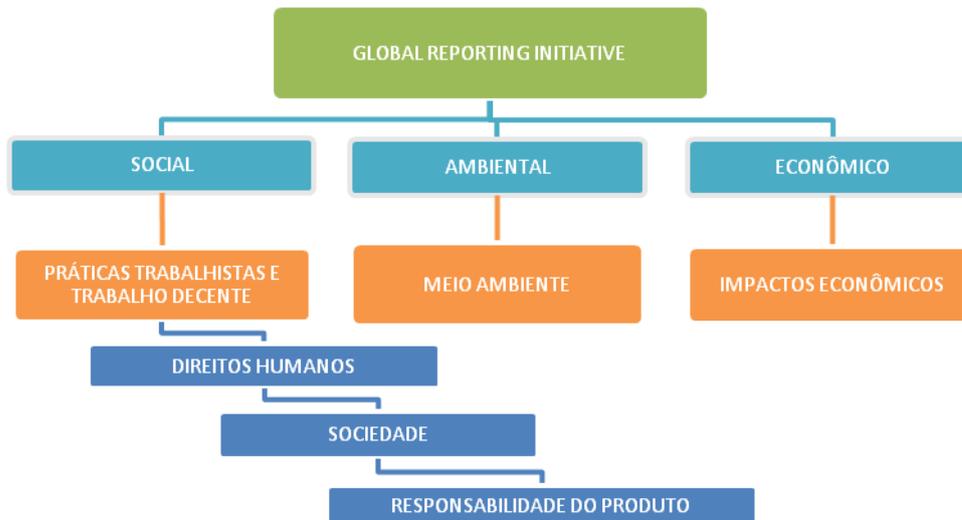


Figura 1-Estrutura hierárquica *Global Reporting Initiative* (GRI)

Fonte: Baseado em GRI (2006)

A escolha dos indicadores será a partir das características e prioridades de cada organização e de seus *stakeholders*, entretanto, certos indicadores não são fáceis de avaliar e não é dada orientação em como se escolher os indicadores (VELEVA, ELLENBECKER, 2000). Outra crítica ao modelo GRI é que ao oferecer uma lista de indicadores de desempenho ambiental, econômico e social, a escolha entre estes critérios não é o suficiente para implementar e refletir de forma sistêmica os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável (PINTÉR *et al.*, 2012).

Sendo assim, segundo a GRI (2006), se deve prestar atenção para aspectos fundamentais na avaliação da sustentabilidade econômica, tais como:

- a) Informações sobre a Forma de Gestão: é necessário um relato sucinto sobre os itens da forma de gestão referentes às seguintes perspectivas econômicas:
 - Desempenho econômico;
 - Presença no mercado;
 - Impactos econômicos indiretos.
- b) Objetivos e desempenho: são os objetivos gerais da organização relacionados a desempenho acentuado quanto a aspectos econômicos. Deve-se empregar indicadores específicos da organização, além dos indicadores de desempenho apontados pela GRI, para manifestar os resultados do desempenho relativos aos objetivos;
- c) Política: referente à política(s) resumida(s) das organizações como um todo que delibere(m) seu compromisso global relativo aos aspectos econômicos ou indiquem onde essas informações poderão ser localizadas no domínio público;
- d) Outras informações contextuais: informações que sejam importantes para a compreensão do desempenho organizacional;

Além disso, conforme a GRI (2006), determinados aspectos relevantes devem ser considerados na avaliação da sustentabilidade ambiental, tais como:

- Informações sobre a forma de gestão: relato conciso sobre a forma de gestão relacionada aos seguintes aspectos: energia, materiais, biodiversidade, água, efluentes, emissões, e resíduos, transporte e conformidade, entre outros.
- Objetivos e desempenho: relaciona-se aos objetivos gerais da instituição que visa o desempenho relevante relativo aos aspectos ambientais.
- Política: consiste em política(s) resumida(s) da organização em sua totalidade que delibere(m) seu compromisso quanto aos aspectos ambientais ou indiquem onde essas informações podem ser localizadas no domínio público;
- Treinamento e conscientização: se faz menção a treinamentos e conscientização relacionados aos aspectos ambientais;
- Monitoramento e acompanhamento: indicam os procedimentos que visam o monitoramento e medidas preventivas referentes à cadeia de abastecimento. Também há ligação com as certificações de desempenho ambiental ou sistemas de certificação ou auditoria/verificação nas organizações relatoras ou em sua cadeia de abastecimento;
- Outras informações contextuais: informações que sejam importantes na compreensão do desempenho organizacional.

Dessa forma, conforme a GRI (2006), se podem citar os seguintes critérios de sustentabilidade social:

- a) Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente: aspectos específicos relacionados às práticas trabalhistas e, são baseados em normas reconhecidas internacionalmente, tais como:
 - Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), e seus protocolos;
 - Convenção das Nações Unidas: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos;
 - Convenção das Nações Unidas: o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
 - Declaração da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998;
 - Declaração e Programa de Ação de Viena.
- b) Direitos Humanos: Indicadores de desempenho que se referem a direitos humanos demandam que as organizações contenham em seus relatórios a importância oferecida aos direitos humanos em práticas de investimento e seleção de fornecedores contratados. Além do mais, envolve o treinamento de funcionários e pessoal de segurança no tocante a direitos humanos bem como na liberdade de associação, direitos dos índios, não discriminação, trabalho forçado e escravo e trabalho infantil.
- c) Sociedade: Indicadores de desempenho alusivos à sociedade enfocam os impactos gerados pelas organizações nas comunidades nas quais operam e, a divulgação de como são geridos e mediados os riscos provenientes de seu intercâmbio com outras instituições sociais. Também, se busca informações acerca dos riscos associados à indevida influência na elaboração de políticas públicas, práticas de monopólio ou corrupção e suborno.

2.5 Relatórios de sustentabilidade

A *Global Reporting Initiative* oferece uma das definições mais influentes de relatórios de sustentabilidade: "O relatório de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas às partes interessadas internas e externas para o desempenho organizacional em direção à meta do desenvolvimento sustentável" (GRI, 2006, p. 3). Estrutura de relatórios de sustentabilidade da GRI está em sua terceira versão, conhecida como GRI G3, já a caminho da GRI G4. A versão GRI G3 é composta de três elementos principais que fornecem orientação sobre "como denunciar" e "o que relatar" (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2012).

O guia GRI tem servido como base de referência para diferentes projetos de investigação relacionados com a integração do conceito de sustentabilidade nas organizações. Portanto, pode-se considerar que os indicadores GRI constituem uma base sólida para a avaliação da contribuição das indústrias para o desenvolvimento sustentável (RIVERA-LIRIO; MUÑOZ-TORRES, 2010).

As diretrizes são a pedra angular da GRI G3. Eles estabelecem princípios de qualidade e conteúdo, bem como indicadores de gestão e desempenho. Os princípios para a definição do conteúdo incluem a materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade, e completude. Os indicadores (cerca de 130) abrangem várias categorias temáticas, incluindo organizacionais, gerenciais, ambientais, direitos humanos econômicos, sociais, sociedade, e questões de responsabilidade de produto (FONSECA et al., 2012).

Comunicação ambiental e relatório são um dos principais objetivos da prática de avaliação de desempenho. No entanto, na prática, pode ser realizada de forma independente de outras práticas de gestão ambiental ou ferramentas, apesar das vantagens da combinação deles. Ramos *et al* (2013) realizaram uma pesquisa em cem indústrias portuguesas e verificaram que a maioria das empresas pesquisadas confirmou que o meio ambiente e / ou informações de sustentabilidade é comunicada periodicamente através de relatórios formais. A divulgação do desempenho de sustentabilidade foi a categoria relatada mais identificada pelas organizações respondentes como um todo, com 34% adotando relatórios de sustentabilidade, e apenas 10% o uso de relatórios ambientais. Resultados semelhantes foram obtidos em outros estudos de pesquisa realizados em outros países a nível internacional (DEH, 2005; UNEP / SustainAbility, 2002; Noci, 2000; KPMG, 2005). Eles afirmam que os relatórios de sustentabilidade são o tipo mais comum de relatório. Em todo o mundo, 48% dos relatórios são de sustentabilidade (com base em uma amostra das 100 maiores empresas de capital aberto em 16 países), seguido por relatórios ambientais / sociais, e / saúde e segurança / relatórios ambientais (KPMG, 2005). Em geral, a queda internacional no número de relatórios ambientais e do aumento nos relatórios de sustentabilidade é devida principalmente a um aumento do foco em considerações sociais (RAMOS et al., 2013).

A obtenção de um reconhecimento oficial por agências nacionais governamentais, organizações multilaterais, como a ONU e a OCDE, e com a Organização Internacional de Normalização (através do processo ISO 26000), transmitiu a GRI prestígio, visibilidade e legitimidade dentro da comunidade RSE. E, certamente ajudou a solidificar relatórios de sustentabilidade como uma prática comercial normal. A nova indústria florescente surgiu em torno dessas atividades. Impulsionado por empresários e corretores de informação, esta indústria pretende crescer, expandir sua influência, e padroniza as práticas profissionais em relação à verificação, práticas de engajamento de *stakeholders* e gestão da sustentabilidade. Eles apoiam os sistemas de certificação emergentes (por exemplo, ISO 26000 ou IDJS) e premiações formais (por exemplo, SustainAbility - UNEP, ACCA, ESRA, Ceres - ACCA).

Os membros deste grupo interagem entre si e com outros atores dominantes no campo da organização GRI, gerando ideias e gerenciado coletivamente o aumento da carga de informações e ideias que eles compartilham (BROWN et al., 2009).

Preocupações têm acompanhado a ascensão dos relatórios de sustentabilidade baseado no guia GRI no que diz respeito às suas limitações e potenciais consequências negativas. Alguns analistas afirmam que a introdução de estruturas de relatórios de sustentabilidade não integrados, como o GRI, foi importante à medida que ajudou as organizações a aumentar a transparência e a prestação de contas de uma série de questões sociais e ambientais. Em contraste, Gray e Milne (2002, p. 6) argumentam que uma abordagem eficaz para relatórios de sustentabilidade, exigiria “uma análise detalhada e complexa de interações da organização com os sistemas ecológicos, recursos, habitat e das sociedades, e interpretar isto à luz do passado de todas as outras organizações e os impactos atuais sobre esses mesmos sistemas”. Tal argumento é aprofundado por Moneva et al. (2006), que afirmam que a abordagem do GRI para relatórios de sustentabilidade tem problemas significativos que pode vir a camuflar a não sustentabilidade nas organizações.

Afinal, as empresas que seguem a estrutura da GRI tendem a se concentrar em questões específicas dentro de suas organizações, correndo “o risco de perder de vista o quadro geral para a sustentabilidade...” (MONEVA et al., 2006, p. 135). Argumentos semelhantes tornam-se cada vez mais prevalente na literatura, alertam que essa prática pode realmente levar a falhas na tomada de decisão. No entanto, poucos estudos têm ido muito além da esfera da crítica para entender como estruturas de relatórios de sustentabilidade podem ser mais significativas, isto é, como os quadros podem ser aprimorados para permitir a avaliação e comunicação que revelam as complexas interações das organizações com a sociedade e os ecossistemas ao longo do tempo (FONSECA et al., 2012).

As tendências mais significativas em relatórios de sustentabilidade nos últimos anos incluem: ampliação do escopo para incluir indicadores de impacto social e informações sobre a governança, ampliação do público-alvo além de acionistas e empregados, para incluir os prestadores de capitais, a integração da sustentabilidade com o relatório financeiro; diferenças regionais na elaboração de relatórios e práticas de verificação, problemas persistentes com a qualidade dos dados e domínio de grandes empresas multinacionais (BROWN et al., 2009). Estes autores também descobriram que a razão mais importante para a comunicação pelas empresas é a gestão da reputação e proteção de marca.

Dependendo da fonte, o número estimado de relatórios não financeiros globais, GRI e não GRI, no final de 2006, foi entre 1800 e 3000, embora o ritmo de crescimento parece estar abrandando. Em meados de 2006 o número de empresas que referenciavam o GRI em seus relatórios atingiu cerca de 1.000 (em 65 países). Após a liderança inicial no crescimento, na Europa, nos EUA e no Japão já se estabilizou, e durante anos de 2006 a 2009, Brasil, África do Sul, e os novos estados membros da União Europeia têm mostrado um crescimento nas taxas de adoção de relatórios de sustentabilidade GRI. A maioria dos que publicam segundo a GRI são corporações multinacionais, normalmente em setores como serviços públicos, petróleo e gás, indústria automotiva, mineração, produtos químicos e sintéticos, silvicultura e papel. Empresas de pequeno e médio porte ainda estão em menor número (BROWN et al., 2009).

3. Conclusão

Atualmente, a sustentabilidade tem sido tema de pesquisas acadêmicas, bem como está explícita em muitos discursos corporativos. Entretanto o seu entendimento é muito mais

abrangente, pois ao executar uma estratégia de negócio que incorpore os princípios do desenvolvimento sustentável, as organizações devem primeiramente reconhecer como tais esforços são originais, e então compreender como melhor avançar através de cada estágio para a implementação das dimensões do desenvolvimento sustentável.

Os desafios impostos pela sustentabilidade tornarão a transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais fundamentais para que haja eficácia no relacionamento com os *stakeholders*, nas relações de negócio ou futuras decisões de investimento. Para dar suporte a essa expectativa e para haja uma comunicação clara e transparente no que se refere à sustentabilidade, é necessário compartilhar globalmente uma linguagem coerente e uma métrica adequada que siga os parâmetros requeridos pelo desenvolvimento sustentável.

Portanto, a partir da revisão de literatura, verifica-se que a publicação de um Relatório de Sustentabilidade tornou-se uma das principais maneiras de uma empresa se reportar à sociedade e ao mercado sobre sua atuação e de suas práticas junto ao desenvolvimento sustentável. É também uma forma de reunir *multistakeholders* para a causa da sustentabilidade, gerando informações para apoio a tomada de decisão. Através desse relatório, as organizações e todos os seus públicos têm um instrumento que permite dialogar e implementar um processo de melhoria contínua do desempenho industrial, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Referências

- BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LEVY, D. L.** Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, n. 6, p. 571-580, 4// 2009.
- COFFMAN, M. UMEMOTO, K.** The triple-bottom-line: framing of trade-offs in sustainability planning practice. **Environment, Development and Sustainability**. Volume 12, Number 5, 597-610, 2010.
- COMUNIDADE EUROPÉIA:** organização para cooperação econômica e desenvolvimento. **Manual de Oslo:** Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. 3 ed. Brasil: Finep, 2006.
- DEH, Department of the Environment and Heritage,** **The State of Sustainability Reporting in Australia 2005.** Australian Government, Canberra (2005).
- ELKINGTON, J.** **Cannibals with forks.** Canada: New Society, 1998.
- EUROPEAN COMMISSION,** Green Paper on Innovation, **Bulletin of the European Union**, Supplement 5/95, Luxembourg, 1996
- FONSECA, A.; MCALLISTER, M. L.; FITZPATRICK, P.** Sustainability reporting among mining corporations: a constructive critique of the GRI approach. **Journal of Cleaner Production**, n. 0, 2012.
- GIL, A.C.** **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- Gray, R. Milne, M.J.** Sustainability reporting: who's kidding whom? **Chartered Accountants Journal of New Zealand**, 81 (2002), pp. 66–70.
- GRI.** **Diretrizes para relatório de sustentabilidade.** Versão 3.0. 2000 – 2006. Disponível em: <[HTTP://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.htm](http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.htm). Acesso em: 06 nov.2011.
- JEPSON, E.** The conceptual integration of planning and sustainability: An investigation of planners in the United States. **Environment and Planning C: Government and Policy**, 21, 389–410, 2003.
- KPMG,** **International Survey of Environmental Reporting 2005,** University of Amsterdam, Amsterdam, Netherlands (2005).

- KULIG, A.; KOLFOORT, H.; HOEKSTRA, R.** *The case for the hybrid capital approach for the measurement of the welfare and sustainability.* Ecological Indicators, v. 10, n. 2, p. 118-128, 3// 2010.
- MOLDAN, B.; JANOUŠKOVÁ, S.; HÁK, T.** *How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets.* Ecological Indicators, v. 17, n. 0, p. 4-13, 6// 2012.
- Moneva, J.M. Archel, P. Correa, C.** *GRI and the camouflaging of corporate unsustainability.* Accounting Forum, 30 (2006), pp. 121–137.
- MUSANGO, J. K.; BRENT, A. C.** *A conceptual framework for energy technology sustainability assessment.* Energy for Sustainable Development, v. 15, n. 1, p. 84-91, 3// 2011.
- NESS, B., URBEL PIIRISALU, E., ANDERBERG, S., OLSSON, L.,** 2007. *Categorising tools FOS sustainability assessment.* Ecological Economics 60, 498–508.
- NOCI, G.** *Environmental reporting in Italy: current practice and future developments.* Bus. Strat. Environ., 9 (2000), pp. 211–223.
- OECD. The DAC Guidelines: Strategies for Sustainable Development.** Paris, 2001.
- PAGELL, M.; GOBELI, D.** *How Plant Managers' Experiences and Attitudes Toward Sustainability Relate to Operational Performance.* Production and Operations Management, v. 18, n. 3, p. 278-299, 2009.
- PETRIE, J. COHEN, B. STEWART, M.** *Decision support frameworks and metrics for sustainable development of minerals and metals.* Clean Techn Environ Policy (2007) 9:133–145.
- PINTÉR, L.** et al. *Bellagio STAMP: Principles for sustainability assessment and measurement.* Ecological Indicators, v. 17, n. 0, p. 20-28, 6// 2012.
- RAMOS, T. B. et al.** *Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: the Portuguese case.* Journal of Cleaner Production, v. 52, n. 0, p. 317-328, 8/1/ 2013.
- RIVERA-LIRIO, J.; MUÑOZ-TORRES, M.** *The Effectiveness of the Public Support Policies for the European Industry Financing as a Contribution to Sustainable Development.* Journal of Business Ethics, v. 94, n. 4, p. 489-515, 2010/07/01 2010.
- ROCHA LOURES, R. C.** *Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência.* São Paulo: Editora Gente, 2009.
- SCHOENHERR, T.** *The role of environmental management in sustainable business development: A multi-country investigation.* International Journal of Production Economics, v. 140, n. 1, p. 116-128, Nov 2012.
- SINGH, R. K.** et al. *An overview of sustainability assessment methodologies.* Ecological Indicators, v. 15, n. 1, p. 281-299, 4// 2012.
- UNCED,** 1992. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,* 12 de agosto de 1992, A/CONF.151/26 (Vol.1).
- UNEP/SustainAbility Trust Us – The Global Reporters 2002 Survey of Corporate Sustainability Reporting Executive Summary'**, SustainAbility Ltd and the United Nations Environment Program (UNEP), Nairobi (2002).
- VELEVA V, ELLENBECKER M.** *A proposal for measuring business sustainability: addressing shortcomings in existing frameworks.* Greener Management International 2000;31(Autumn):101 e 20.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED).** *World Commission on Environment Our Common Future,* Oxford University Press, Oxford (1987).